

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Jessica Fietto Nascimento Tostes da Silva

UMA BREVE ANÁLISE DA CRISE DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA: suas principais causas e os motivos de sua manutenção

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Christiane Jalles de Paula.

Juiz de Fora
2022

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **JESSICA FIETTO NASCIMENTO TOSTES DA SILVA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201773064A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **UMA BREVE ANÁLISE DA CRISE DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA: suas principais causas e os motivos de sua manutenção**, desenvolvido durante o período de setembro de 2022 a dezembro de 2022 sob a orientação de CHRISTIANE JALLES DE PAULA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

JESSICA FIETTO NASCIMENTO TOSTES DA SILVA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

UMA BREVE ANÁLISE DA CRISE DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA: suas principais causas e os motivos de sua manutenção

Jessica Fietto Nascimento Tostes da Silva¹

RESUMO

É possível perceber hoje que as democracias ao redor do mundo parecem perder força e que algumas já até se transformaram em governos autoritários, portanto, parece haver uma crise nesse sistema de governo e uma ascensão do autoritarismo. Logo, este trabalho busca delimitar evidências de uma crise no sistema democrático e quais seriam as principais causas dessa crise, ainda, busca analisar as possibilidades de a crise se manter e de a democracia ser preservada. Assim, para a realização do presente trabalho foi utilizado de uma pesquisa bibliográfica, sendo analisados autores contemporâneos que já trataram sobre o tema. Diante disso, o resultado esperado para este trabalho é que se consiga juntar evidências da existência de uma crise democrática, uma vez que existe um declínio na participação eleitoral, um aumento na discordância de ideias políticas, o surgimento de novos partidos e a perda de confiança nos governantes. Outro resultado esperado é que se consiga demonstrar as principais causas dessa crise, que seriam os problemas da representatividade presentes nessa democracia, a confusão da vida pública com a privada que corrobora para o surgimento de ideias autoritárias, o aumento da polarização e da intolerância com o outro que também faz com que ideias autoritárias ganhem força, além da colaboração que as mídias sociais exerceram nesse processo que levou a uma crise democrática. Ainda, é esperado que este trabalho resulte também em uma breve análise sobre as possibilidades dessa crise se manter e de a democracia ser preservada e o que precisaria ocorrer para que favorecesse a preservação da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia representativa. Crise. Autoritarismo.

1. INTRODUÇÃO

É notável que as democracias no mundo parecem perder força, sendo que algumas já até foram substituídas por governos autoritários, logo, talvez esse sistema de governo se encontra em crise. Diante disso, o presente trabalho visa analisar se realmente existe uma crise no sistema democrático contemporâneo, explicar quais seriam as principais causas dessa crise e compreender as possibilidades dessa crise permanecer ou não.

Além disso, por ser um problema atual e que interfere de forma direta na vida de todos, o tema do trabalho é de bastante relevância, não só para a comunidade acadêmica, mas para a toda a sociedade. Para realizar esse trabalho será feito um estudo por meio de pesquisas bibliográficas.

Ainda, as hipóteses que são levantadas como possíveis diante da realização deste trabalho é que existe sim uma crise na democracia contemporânea, a qual foi influenciada pela força que as ideias autoritárias vêm ganhando e pela intolerância crescente com o outro, além de a crise econômica ter corroborado para que essa crise democrática acontecesse e diante de tantos problemas as chances de a crise democrática permanecer parecem altas.

Dessa forma, o trabalho se organiza da seguinte forma, primeiro será analisado se realmente existe uma crise na democracia contemporânea e o que evidencia isso. Depois serão explicadas as principais causas dessa

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: jessi.ft@iCloud.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Christiane Jalles de Paula.

crise, incluindo os problemas da representatividade na democracia e também será abordado a influência das mídias sociais nessa crise. Por fim, será analisado as possibilidades dessa crise democrática permanecer e quais as chances e os meios para a democracia se preservar.

2 EXISTÊNCIA DE UMA CRISE NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

De acordo com Przeworski (2020), vários fatores podem ser citados que evidenciam a existência de uma crise na democracia atual:

Sentimentos “antiestablishment”, “antissistema”, “antielite”, “populistas” explodem em democracias amadurecidas. Depois de quase um século durante o qual partidos conhecidos dominaram as políticas democráticas, novos partidos brotam como cogumelos, enquanto o apoio aos tradicionais diminui. A participação eleitoral está em declínio em muitos países, atingindo níveis inéditos. A confiança nos políticos, nos partidos, nos parlamentos e nos governos despenca. Até mesmo o apoio à democracia como sistema de governo está enfraquecido. As preferências populares sobre políticas públicas divergem acentuadamente. Além disso, os sintomas não são apenas políticos. A perda de confiança nas instituições inclui também a mídia, os bancos, as empresas privadas, até as igrejas. Pessoas de orientações políticas, valores e culturas diferentes veem umas às outras cada vez mais como inimigas. Estão dispostas a fazer coisas terríveis. (PRZEWORSKI, p. 11, 2020)

Ainda, para Levitsky e Ziblatt (2018) haveria uma percepção clara de que a democracia está recuando no mundo, uma vez que vários países já abandonaram o sistema democrático e ideias autoritárias começam a ter cada vez mais apoio.

Há uma percepção crescente de que a democracia está recuando em todo o mundo.³ Venezuela, Tailândia, Turquia, Hungria, Polônia. Larry Diamond, talvez a mais notável autoridade em democracia no mundo, acredita que entramos num período de recessão democrática. (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 226, 2018)

Além disso, Przeworski (2020) defende o conceito minimalista de democracia, qual seja “democracia é um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem” (PRZEWORSKI, p. 12, 2020). Dessa forma, investiga por quais formas as eleições se tornam não competitivas ou não geram consequências nas vidas das pessoas, para isso destaca que não é necessário que a Constituição ou as leis sejam desrespeitadas, a instituição democrática pode ser, então, destruída dentro das próprias regras do regime democrático, por essa razão o simples fato de haver eleições não significaria que há uma democracia, a participação das pessoas precisa ser importante e decisiva.

A democracia funciona bem quando as instituições representativas estruturam conflitos e os absorvem e regulam de acordo com regras. As eleições fracassam como mecanismo de processar conflitos quando seus resultados não têm consequência na vida das pessoas, ou quando os governantes abusam de suas vantagens a ponto de tornarem os pleitos não competitivos. [...] (PRZEWORSKI, p. 88, 2020)

Com isso, para Przeworski (2020) a democracia entra em crise quando as instituições dela estão em ameaça, no sistema democrático é normal aparecerem conflitos, é o que move esse sistema, além disso, colapsos nesse sistema também aparecerão as vezes, contudo, nem sempre isso leva a alguma mudança. Então, ainda que uma liderança autoritária venha a assumir o poder, o que pode levar a um grande estrago no sistema democrático, isso não necessariamente destrói por completo a democracia, uma vez que tudo dependerá do vigor das instituições do país (PRZEWORSKI, 2020).

Ainda, conforme Przeworski (2020), existem três sinais visíveis que evidenciam uma crise democrática no mundo. Primeiro seria o desgaste nos partidos políticos tradicionais; o segundo sinal seria o aumento de posicionamentos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas e o terceiro seria o declínio do apoio ao sistema democrático pela população. Todos esses sinais acabam colocando as instituições democráticas em ameaça, na medida que causam conflitos intensos dentro da sociedade e polarizam a mesma, assim, a oposição passa a ser vista como uma resistência que precisa ser reprimida, dessa forma, o autoritarismo ganha espaço.

Entretanto, é válido ressaltar que, de acordo com Corte e Corte (2018) e de acordo com o próprio Przeworski (2020), não existe democracia sem conflito, as pessoas são desiguais e criar a ilusão de uma democracia sem conflito faz até mesmo problemas sociais se agravarem. Por isso, a democracia não se efetiva se não existe politização, dessa maneira, todos devem ser politizados, mas por mais que sejam politizados não podem ir para o totalitarismo, deve-se a ver respeito sobre as diferenças entre as pessoas e entre as visões políticas (CORTE; CORTE, 2018).

Mas, conforme mostram Levitsky e Ziblatt (2018), essa polarização vem crescendo, e ela gera uma crise no sistema democrático. Assim, a forma que a polarização corrói as regras informais da democracia, a vitória da oposição passa a ser visto como algo intolerável, o que faz crescer as tendências autoritárias. Diante disso, a queda da democracia começa dentro do próprio regime democrático, já que um governante eleito por voto é capaz de desrespeitar as regras democráticas e poderá, então, vir a obstruir esse regime (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Portanto, o que se deve destacar, conforme Przeworski (2020) e Levitsky e Ziblatt (2018), é que conforme as experiências mais recentes o que ameaça atualmente a democracia não é algo que vem de fora desse regime para derrubá-lo, mas de dentro, pois a democracia não possui mecanismo que impeçam que líderes autoritários se elejam. Assim, são governantes devidamente eleitos que podem subverter a democracia e destruí-la, tudo dependerá dos outros elementos presentes no sistema que permitirão ou não essa destruição da democracia.

3 CAUSAS DA CRISE DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA

3.1 Os problemas da democracia representativa

É necessário ressaltar que um fator que corrobora para uma crise no sistema democrático são os problemas apresentados por essa própria forma de governo. Com isso, os críticos de uma definição minimalista de democracia chamam atenção para os problemas da representação, entre os quais Rancière (2014), o qual

considera que a democracia representativa se apresenta mais como uma oligarquia do que como uma democracia, na medida em que garante que uma minoria seja representada, a elite que exerce o poder em nome do povo, assim, essa elite confisca o poder para si com base em uma legitimidade democrática. De acordo também com Vitullo (2006), as eleições não são capazes de garantir um governo democrático, por mais que se tenha tirado do poder governantes monarcas, quando se atribui a racionalidade e a capacidade a um grupo de poucos indivíduos, torna de toda forma o governo como sendo da elite.

A inegável necessidade de voltar a prestar atenção às variáveis mais nitidamente políticas não pode autorizar que a democratização seja vista apenas como o resultado de uma eleição, decisão ou teia de opções estratégicas das elites dirigentes. Tampouco pode autorizar que a democracia seja vista como a simples consequência do afastamento do centro da cena política dos hierarcas do regime autoritário precedente, afastamento promovido graças às hábeis negociações levadas a cabo por um pequeno número de indivíduos. Atribuir toda a responsabilidade e os méritos pelos êxitos conseguidos no transcurso dos processos de democratização à racionalidade, às capacidades estratégicas e aos talentos de uns poucos indivíduos supõe um poderoso viés elitista. (VITULLO, p. 356, 2006)

Portanto, de acordo com Ranciére (2014), a democracia nega as formas de dominação que existem na sociedade. A democracia seria um dispositivo ideológico que mascara o totalitarismo das oligarquias estatais. Dessa forma, o governo fica nas mãos de poucos, de uma elite, que seria qualificada para governar. Além disso, com o governo nas mãos de poucos, as desigualdades são justificadas pela legitimidade da democracia, pelo estabelecimento de igualdade de condições.

Em certo sentido, portanto, o novo ódio à democracia é apenas umas das formas da confusão que afeta o termo. Ele duplica a confusão consensual, fazendo da palavra “democracia” um operador ideológico que despolitiza as questões da vida pública para transformá-las em “fenômenos de sociedade”, ao mesmo tempo que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade. Ele mascara a dominação das oligarquias estatais identificando a democracia com uma forma de sociedade e a das oligarquias econômicas assimilando seu império aos apetites dos “indivíduos democráticos”. Assim, pode atribuir circunspectamente os fenômenos de agravamento da desigualdade ao triunfo funesto e irreversível da “igualdade de condições” e oferecer à empreitada oligárquica seu ponto de honra ideológico: é necessário lutar contra a democracia, porque a democracia é o totalitarismo. (RANCIÉRE, p. 118-119, 2014)

Diante disso, na democracia representativa ocorre a despolitização das questões públicas, o que mascara essa dominação oligárquica (RANCIÉRE, 2014). Dessa forma, percebe-se como já visto acima, a necessidade de haver conflitos na democracia (PRZEWORSKI, 2020) e de que todos sejam politizados, só assim há a possibilidade de existir de fato uma democracia, deve-se então garantir a participação de todos na democracia (CORTE; CORTE, 2018).

O princípio fundamental da democracia representativa seria que o povo governa por meio de seus representantes eleitos, assim, o regime democrático pressupõe igualdade entre todos (RANCIÉRE, 2014). Entretanto, os eleitos nem sempre serão eficazes e capazes, as vezes até serão corruptos, logo, nem sempre adotaram as políticas exigidas para o bem de todos (RANCIÉRE, 2014).

Ainda, a democracia atribui o governo a poucos, sobre o pretexto de que eles representariam todos, já que foram eleitos pelo voto da maioria, pressupondo assim a igualdade, mas como as pessoas não são todas iguais uma parcela sempre ficará sem representação, por essa razão já se evidencia uma falha no sistema

democrático representativo (RANCIÉRE, 2014). Ademais, Ranciére (2014) também esclarece que a democracia é o governo de todos, ou seja, não é o governo apenas da maioria, por essa razão todos devem ser representados.

[...] o que provoca a crise do governo democrático nada mais é que a intensidade da vida democrática. Mas essa intensidade e a ameaça subsequente se apresentavam com um duplo aspecto. De um lado, a “vida democrática” identificava-se com o princípio anárquico, que afirmava o poder do povo, do qual os Estados Unidos, assim como outros Estados ocidentais, conheceram as consequências extremas nos anos 1960 e 1970: uma contestação militante permanente, que intervinha em todos os aspectos das atividades dos Estados e desafiava todos os princípios de um bom governo (a autoridade dos poderes públicos, o saber dos especialistas e o *savoir-faire* dos pragmáticos).

O remédio para esse excesso de vitalidade é, sem dúvida, conhecido desde Isístrato, se acreditarmos em Aristóteles. Consiste em orientar para outros fins as energias febris que se ativam na cena política, desviá-las para a busca da prosperidade material, da felicidade privada e dos laços de sociedade. Infelizmente, a solução boa já revelava o reverso: diminuir as energias políticas excessivas, favorecer a busca da felicidade individual e das relações sociais era favorecer a vitalidade de uma vida privada e de formas de interação social que acarretavam uma multiplicação de aspirações e demandas. E estas, é claro, tinham um efeito duplo: tornavam os cidadãos indiferentes ao bem público e minavam a autoridade de governos intimados a responder a essa espiral de demandas que emanavam da sociedade. (RANCIÉRE, p. 16-17, 2014)

Com isso, conforme Ranciére (2014), a participação democrática intensa também leva a uma crise nesse sistema, geraria desordem e seria impossível que um bom governo se concretizasse, contudo, o controle dessa desordem seria justamente orientar as energias do povo em buscar a felicidade privada. No entanto, a busca da felicidade privada pode esvaziar a vida pública, logo, se todos passarem a buscar só interesses privados isso fortalecerá o autoritarismo, em que os governantes só visam atingir os interesses individuais de cada um (RANCIÉRE, 2014).

Przeworski (2020) também fala sobre esse problema na representatividade, a democracia fracassa quando os eleitos ignoram as opiniões das minorias. Além disso, a democracia entraria em crise quando as pessoas começam a não ver mudança nos governos e nas pessoas em quem votam, assim, passam a achar que o sistema está quebrado (PRZEWORSKI, 2020).

Tanto para Przeworski (2020) quanto para Ranciére (2014), a democracia seria um sistema político de igualdade, o qual coexiste com o sistema econômico do capitalismo, o qual estabelece desigualdades. Dessa forma, o capitalismo fez com que o individualismo aumentasse muito, o que levou também a uma confusão do público com o privado, por essa razão as pessoas só pensam em defender seus interesses individuais presentes em suas vidas privadas, o público não é visto mais de forma distinta, com isso, a representatividade não ocorre e o governo se torna autoritário, não governam por todos, apenas pelos interesses individuais de cada um (RANCIÉRE, 2014).

Ademais, Santos (2002) a efetividade da democracia representativa seria discutível, uma vez que o eleitor normalmente nem tem contato com a pessoa que elegeu para ser governante. Ainda destaca que, a democracia não deve ser reduzida a um simples método eleitoral, já que isso não garante que o governo seja efetivamente exercido por todos, diante disso, existiria uma falha na democracia representativa, dessa forma, propõe a democracia participativa e a busca por essa maior participação popular no governo como solução para os problemas apresentados pela democracia representativa (SANTOS, 2002).

No entanto, afirma que por mais que se deva buscar uma maior participação da sociedade para que os problemas democráticos sejam solucionados, a democracia não precisa e não deve assumir uma só forma, até porque cada país tem a sua cultura e suas diferenças, mas propõe três teses para que essa democracia participativa seja fortalecida (SANTOS, 2002).

Pretendemos concluir essa introdução com três teses para o fortalecimento da democracia participativa.

1° tese: Pelo fortalecimento da demodiversidade. Essa tese implica reconhecer que não existe nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma. Pelo contrário, o multiculturalismo e as experiências recentes de participação apontam no sentido da deliberação pública ampliada e do adensamento da participação. O primeiro elemento importante da democracia participativa seria o aprofundamento dos casos nos quais o sistema político abre mão de prerrogativas de decisão em favor de instâncias participativas.

2° tese: Fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global. Novas experiências democráticas precisam do apoio de atores democráticos transnacionais nos casos nos quais a democracia é fraca, como ficou patente no caso colombiano. Ao mesmo tempo, experiências alternativas bem-sucedidas como a de Porto Alegre e a dos Panchayats na Índia precisam ser expandidas para que se apresentem como alternativas ao modelo hegemônico. Portanto, a passagem do contra-hegemônico do plano local para o global é fundamental para o fortalecimento da democracia participativa.

3° tese: Ampliação do experimentalismo democrático. Foi possível perceber no texto acima que as novas experiências bem-sucedidas se originaram de novas gramáticas sociais nas quais o formato da participação foi sendo adquirido experimentalmente. É necessário para a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia que se multipliquem experimentos em todas essas direções. (SANTOS, p. 77-78, 2002)

Diante disso, de acordo com Santos (2002) uma solução para os problemas de representatividade seria o fortalecimento de formas participativas na democracia, contudo, segundo Ranciére (2014) quando se há uma participação exagerada na vida democrática isso causaria extrema desordem e impossibilitaria um bom governo. Entretanto, ainda sim o sistema democrático é o governo de todos, dessa forma, o simples ato de poder votar não faz com que esse governo seja realmente de todos, torna-se preciso pensar formas de efetivar que o governo seja de fato de todos sem que isso impossibilite um bom governo.

Portanto, percebe-se que a democracia pressupõe uma igualdade que não existe, assim, apenas o voto não seria eficaz para gerar a representatividade de todos no governo, existe essa necessidade de criar métodos que garantam com que esses desiguais também consigam ser representados. Além disso, o sistema capitalista se contrapõe à democracia, o capitalismo gerou um grande aumento do individualismo que levou a confusão do público com o privado, diante disso, as pessoas que exercem o governo só defendem seus próprios interesses individuais de suas vidas privadas, mas deveriam governar por todos, com isso, há essa necessidade de separar o público do privado, sem essa separação o governo passa a ser totalitário, pois só os interesses de alguns são representados.

Outra crítica importante que pode ser feita a democracia representativa é que ela acaba sendo um sistema oligárquico disfarçado, pois só alguns costumam conseguir se eleger, a elite, a qual acaba por ser considerada mais apta a governar, logo, o poder acaba por se concentrar nas mãos de poucos quando todos deveriam ser iguais e poder governar. Com isso, é preciso que haja a politização de todos para que a democracia se efetive, mas essa politização não deve levar a uma polarização extrema que acarrete no autoritarismo. Diante do exposto, nota-se que o problema na representatividade na democracia atual faz com que as pessoas não enxerguem

mudanças por mais que elejam outros governantes, assim, param de acreditar no funcionamento do sistema democrático, o que é um dos motivos que acarreta na crise democrática contemporânea.

3.2 Outras causas da crise democrática contemporânea

Além dos problemas apresentados pela própria democracia representativa existem outras causas para essa crise na democracia atual, conforme Santos (2002), que critica o capitalismo, o qual é um modelo financeiro que tira a característica de pessoa do ser humano, fere a dignidade da pessoa humana, o outro passa a ser visto como um objeto. Logo, não faz sentido a lógica de um governo de todos quando o outro é um objeto, ou seja, incapaz de governar e fazer suas próprias escolhas. Diante disso, como já visto acima, a democracia apenas seria um sistema de dominação sobre o outro (RANCIÈRE, 2014). Com isso, percebe-se que a democracia atual talvez nem seria de fato uma democracia.

Ainda, em termos institucionalistas, há dois conjuntos de diagnósticos da crise democrática. O primeiro seria esse da economia, em que a insatisfação com o governo estaria ligada também com a situação econômica, quando se passa por uma crise econômica seria natural essa insatisfação política, que corrobora para uma baixa perspectiva de progresso e junto a uma política hostil gera uma crise na democracia (PRZEWORSKI, 2020).

Já o segundo diagnóstico seria o institucional, que leva em conta as regras do “jogo” democrático, conforme Levitsky e Ziblatt (2018) a democracia precisa estar apoiada por todos, na defesa da instituição e de suas regras, com isso, não se deve questionar a legitimidade de seus rivais, deve ser mantido um apoio mútuo de tolerância para que o regime democrático se preserve.

A TOLERÂNCIA MÚTUA diz respeito à ideia de que, enquanto nossos rivais jogarem pelas regras institucionais, nós aceitaremos que eles tenham direito igual de existir, competir pelo poder e governar. Podemos divergir, e mesmo não gostar deles nem um pouco, mas os aceitamos como legítimos. Isso significa reconhecermos que nossos rivais políticos são cidadãos decentes, patrióticos, cumpridores da lei – que amam nosso país e respeitam a Constituição assim como nós. O que quer dizer que, mesmo se acreditarmos que suas ideias sejam idiotas, nós não as vemos como uma ameaça existencial. Tampouco os tratamos como traidores, subversivos ou desqualificados. (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 118, 2018)

Além disso, é necessário que se mantenha a reserva institucional, ou seja, cada poder deve se abster de utilizar da totalidade de seus poderes para permitir que o outro poder também governe, sem essa reserva a governabilidade do país fica prejudicada (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), a mútua tolerância e a reserva institucional fariam parte das regras informais da democracia, essas regras seriam de suma importância para a preservação de um governo democrático.

A SEGUNDA NORMA crucial para a sobrevivência da democracia é o que chamamos de reserva institucional.³³ Reserva significa “autocontrole paciente, comedimento e tolerância”, ou “a ação de limitar o uso de um direito legal”.³⁴ Para nossos propósitos, a reserva institucional pode ser compreendida como o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito. Quando as normas de reserva são robustas, políticos não usam suas prerrogativas

institucionais até o limite, mesmo que tenham o direito legal de fazê-lo, pois tal ação pode pôr em perigo o sistema existente. (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 122, 2018)

No entanto, como já mencionado acima, as regras informais da democracia não estão sendo respeitadas, tendo como uma das causas as acirradas diferenças de posicionamentos políticos que podem ser vistas atualmente, o que corrói a mútua tolerância e faz a reserva institucional ser deixada de lado, tudo em prol de reprimir a oposição política (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

[...] A erosão da tolerância mútua pode motivar os políticos a desdobrar seus poderes institucionais tão amplamente quanto possível sem serem punidos. Quando partidos se veem como inimigos mortais, os interesses em jogo aumentam de maneira dramática. Perder deixa de ser uma parte rotineira e aceita do processo político, tornando-se, em vez disso, uma catástrofe total. Quando o custo inferido de perder é suficientemente alto, políticos serão tentados a abandonar a reserva institucional. Atos de jogo duro constitucional podem então, por sua vez, minar ainda mais a tolerância mútua, reforçando a crença de que nossos rivais representam uma perigosa ameaça. (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 128-129, 2018)

Tudo isso acaba por levar então a justificação do autoritarismo dentro da democracia, por essa razão, conforme Levitsky e Ziblatt (2018) e Przeworski (2020), a queda da democracia ocorreria dentro das próprias regras da democracia, seguindo o sistema eleitoral. Logo, a partir dessa polarização que acabou por legitimar e dar apoio a ideias autoritárias, governantes autoritários podem ser eleitos, os quais poderão vir a desrespeitar o sistema democrático e degradá-lo ou até destruí-lo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Por essa razão, de acordo com Levitsky e Ziblatt (2018), não se pode subestimar ou dar voz a discursos autoritários, um dos principais motivos que teriam destruído as democracias ao redor do mundo teria sido justamente esse. Levitsky e Ziblatt (2018) apontam a existência de quatro elementos que seriam capazes de identificar um líder autoritário, o primeiro seria rejeitar as regras democráticas, o segundo seria negar a legitimidade de seus oponentes, o terceiro seria tolerar ou encorajar a violência e o quarto seria o declínio a querer restringir liberdades civis, como a de seus adversários ou a da imprensa.

Diante disso, outras causas para a crise democrática contemporânea, além dos problemas apresentados pela própria democracia, seria problemas econômicos que levam a uma insatisfação política e aliados a uma forma de política hostil corroboram para uma crise democrática. Além da polarização que acaba por destruir as regras informais democráticas, como a mútua tolerância entre os partidos e a reserva institucional que permite a governabilidade, além de essa polarização e da visão da oposição política como algo intolerável ajudar a legitimar ideias autoritárias e permitir, então, que governantes autoritários sejam eleitos democraticamente, o que vai acabar por corroer e desgastar todo o sistema democrático.

3.2.1 A mídia e as informações de fácil circulação como uma forma de dominação

É válido ressaltar que, a mídia teve um papel importante nessa polarização, conforme Byung-Chul (2022), as informações estão sendo usadas agora como forma de dominação, é o que ele chama de infocracia. Assim, como antigamente se utilizavam de demonstrações de poder para manter o domínio, após isso se utilizaram de

mecanismos para que todos se sentissem vigiados e dessa maneira controlados, hoje o que se utiliza seria dessas redes de informação, a qual mantém a todos sob vigilância (BYUNG-CHUL, 2022). A partir disso, Castilho (2022) faz uma interessante observação de como as informações passadas pelas mídias sociais exercem um papel importante na guerra por poder atualmente, cita como exemplo a intervenção da Rússia na Ucrânia em 2022.

Não é uma estratégia militar de defesa de territórios, mas uma batalha por simpatias humanas de pessoas que estão muito distantes do front de combates. A conquista de simpatias, através de mensagens informativas, é essencial para o êxito de manobras diplomáticas e financeiras transformadas na principal estratégia de neutralização da intervenção russa na Ucrânia. Conflitos como o da Ucrânia passam a ser travados no âmbito da infocracia, um terreno muito complexo, onde tudo ainda é muito novo. (CASTILHO, 2022)

Diante disso, fica claro como as informações estão sendo usadas como forma de dominação nos dias atuais, entretanto, uma controvérsia nessa dominação feita pela informação é que por mais que todos sejam vigiados e controlados por ela, todos se sentem livres, o que garante a dominação, (BYUNG-CHUL, 2022). Ainda, as pessoas tornam-se transparentes e as informações colocadas em circulação também, todavia, os algoritmos que controlam essas informações não são transparentes, permanece escondido garantindo a dominação (BYUNG-CHUL, 2022).

Assim, segundo Byung-Chul (2022), as informações são controladas por incentivos, a dominação é feita pela exploração da liberdade. Além disso, a racionalidade fica ameaçada, permanece a informação mais atrativa, com isso, as “Fake News” ganham espaço, uma notícia falsa ou descontextualizada pode ser mais atrativa que um argumento bem fundamentado, além de ressaltar que tende ao fracasso se tentar combater essas notícias com a verdade, notícia falsa já produziu seus efeitos quando for falar a verdade (BYUNG-CHUL, 2022).

Com isso, conforme Byung-Chul (2022), a democracia é baseada na possibilidade de poder manifestar-se e em dizer a verdade através de sua manifestação, utiliza assim de um discurso racional, do debate e da verdade, mas hoje tornou-se o poder de dizer qualquer coisa, a verdade foi deixada de lado. Também destaca que a mídia usada antes, como a televisão, não era capaz de criar um cenário que possibilitasse o surgimento de tantas notícias falsas, só as redes sociais atuais criaram esse cenário e agora as campanhas eleitorais tornam-se guerras de informações em que os algoritmos prevalecem, tira a importância da argumentação e da razão (BYUNG-CHUL, 2022). Isso porque, os aparelhos eletrônicos são utilizados o tempo todo, fica fácil de calcular a personalidade de cada um através dele, facilitando dessa maneira a dominação (BYUNG-CHUL, 2022). Logo, o que é mostrado a cada um depende de sua personalidade, assim, não é mostrado a publicidade de cada partido, mas uma publicidade eleitoral adaptada a personalidade de cada um (BYUNG-CHUL, 2022).

Na focalização micro, os eleitores não são informados sobre o programa político de um partido. São, em vez disso, usadas, com propósitos manipulativos, propagandas eleitorais, não raro fake news, enquadradas em seu psicograma. Centenas de milhares de variantes de uma propaganda eleitoral testadas quanto às suas eficiências. Esses dark ads, anúncios sombrios, otimizados pela psicométrica, constituem um perigo para a democracia. Todos recebem uma notícia diferente, pelo que a esfera pública fica fragmentada. Grupos diferentes recebem informações diferentes que, não raro, se contradizem. Os cidadãos não ficam mais sensibilizados por temas importantes e relevantes da sociedade. Em vez disso, se tornam incapacitados em gados eleitorais

manipuláveis que devem garantir o poder dos políticos. Dark ads contribuem com a cisão e polarização da sociedade e envenenam o ambiente discursivo. São, além disso, invisíveis para a esfera pública. Anulam, com isso, o princípio fundamental da democracia: a auto-observação da sociedade. (BYUNG-CHUL, p. 27, 2022)

Diante disso, a democracia fica ameaçada, as pessoas ficam cada vez mais interessadas em seus próprios problemas e não nos problemas sociais (BYUNG-CHUL, 2022). Ainda, de acordo com Byung-Chul (2022), as informações são produzidas de espaços privados para outros espaços privados, o que causa o abandono do espaço público, dessa forma, conforme já visto acima, segundo Ranciére (2014) não há como a democracia ser exercida sem acarretar em um autoritarismo se o espaço público é excluído. Com isso, os meios digitais não levam ao exercício da democracia, mas corroboram para a sua crise.

Contudo, para Byunh-Chul (2022), esse problema seria mais que um problema técnico do meio digital. O problema é que, a racionalidade discursiva, que está perdendo seu espaço e importância, requer a presença do outro e a possibilidade de debate, mas hoje todos só querem assimilar as próprias ideias, só se escuta a própria fala, não está mais disposto a ouvir o outro e a opinião e a identidade tornam-se vistas como um só. Dessa forma, a racionalidade discursiva perde seu espaço para a comunicação afetiva, em que o que prevalece são as informações com maior potencial de gerar estímulo, não as mais racionais, diante disso também que as “Fake News” ganham força. Com isso, as mídias sociais só corroboram para tornar o sistema democrático mais debilitado e que ocorra a prevalência do privado sobre o público (BYUNG-CHUL, 2022).

[...] O smartphone é uma coisa completamente diferente do parlamento móbil, é um aparato de submissão. Acelera a fragmentação e o desmoronamento da esfera pública ao, enquanto vitrine móbil, difundir o privado incessantemente. [...] (BYUNG-CHUL, p. 33, 2022)

Além disso, ocorre a “tribalização”, grupos na rede que geram sensação de pertencimento, fora dessa “tribo” só haveria inimigos, a razão é substituída pela crença e a sociedade é desintegrada em várias identidades sem alteridade (BYUNG-CHUL, 2022). Logo, há o aumento da polarização, que conforme Levitsky e Ziblatt (2018), gera legitimidade para o surgimento de ideias autoritárias, o que também ajuda a acarretar em uma crise democrática.

No universo pós-factual das tribos digitais, a opinião não tem mais relação alguma com os fatos. Desse modo, prescinde de toda e qualquer racionalidade. Não é nem criticável, nem necessita de fundamentação. Quem se compromete com ela, contudo, recebe uma sensação de pertencimento. O discurso é substituído, portanto, pela crença e pelo voto de fé. Fora da área de cada tribo, então, há apenas inimigos – os outros, afinal – que devem ser combatidos. [...] (BYUNG-CHUL, p. 39, 2022)

Portanto, a chamada “infocracia” gera a dominação através da informação, a qual se mostra muito efetiva pois todos se sentem livres ao mesmo tempo que estão sendo dominados. Ainda, as “Fake News”, a desvalorização da verdade e do racional, corroboram para uma desvalorização do discurso racional necessário em uma democracia. Além disso, o fato de que agora as informações são mostradas de forma personalizada

conforme os pensamentos que cada um já tem, as opiniões de cada um só são reforçadas, o que faz as preocupações girarem em torno de problemas pessoais e tira a atenção dos problemas sociais.

Ademais, as informações são produzidas de espaços privados a outros espaços privados, o que destrói assim o espaço público necessário para a democracia existir. Logo, como o pensamento discursivo perde espaço, não existe mais a vontade de escutar o outro e debater, só uma defesa de si e das próprias ideias, isso atrelado ao domínio pelas mídias sociais corrobora para o esvaziamento da vida pública e por consequência destrói a democracia, dando espaço ao autoritarismo. Dessa forma, as mídias sociais tiveram papel importante na crise da democracia contemporânea.

4 POSSIBILIDADES DE MANUTENÇÃO DA CRISE E DA PRESERVAÇÃO DA DEMOCRACIA

Conforme Levitsky e Ziblatt (2018), o país como um todo deve proteger seu sistema democrático e evitar que líderes autoritários sejam eleitos, os partidos políticos teriam relevante papel em impedir que esses líderes autoritários alcancem o poder. Dessa forma, Levitsky e Ziblatt (2018) destacam quatro elementos que possibilitam identificar a figura de um líder autoritário, conforme já analisado acima, o primeiro elemento seria a rejeição das regras democráticas, o segundo seria negar a legitimidade de seus adversários, o terceiro seria se tolerante com a violência ou encorajá-la e o quarto seria apoiar o desrespeito das liberdades civis, como a censura das mídias. Diante disso, deve-se identificar esses líderes autoritários e evitar que eles sejam eleitos para que o sistema democrático seja preservado.

Além disso, é claro, existem as Constituições e os Tribunais Constitucionais os quais ajudam a preservar a democracia e o respeito a suas regras (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Entretanto, não será sempre que as Constituições e os Tribunais conseguirão impedir o desrespeito ao sistema democrático, dessa forma, faz-se importante as regras informais, as quais são chamadas de “grade de proteção” da democracia, duas importantes regras informais, como já visto acima, seriam a reserva institucional e o mútuo consentimento.

Democracias têm regras escritas (constituições) e árbitros (os tribunais). Porém, regras escritas e árbitros funcionam melhor, e sobrevivem mais tempo, em países em que as constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas do jogo.¹⁶ Essas regras ou normas servem como grades flexíveis de proteção da democracia, impedindo que o dia a dia da competição política se transforme em luta livre. (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 117, 2018)

Portanto, diante da crescente polarização política, deve-se tentar preservar ao máximo as regras informais da democracia para que por mais que líderes autoritários, por mais que consigam ser eleitos, eles não consigam corromper o regime democrático o transformando em um regime autoritário (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Entretanto, Levitsky e Ziblatt (2018) destacam que já houve uma degradação dessas regras informais e pensam que o mais provável é que as polarizações e o distanciamento de normas não escritas continuem aumentando e levem a guerras institucionais.

Ademais, para Przeworski (2020) conflitos seriam naturais e esperados no sistema democrático, além de que por mais que líderes autoritários alcancem o poder se as instituições democráticas do país forem fortes isso

não acarretará necessariamente em uma mudança do regime democrático para o autoritário, embora ajude a desgastar a democracia. Além disso, Przeworski (2020) atrela a crise da democracia com a crise econômica, já que problemas econômicos também geram insatisfações políticas, logo, a superação da crise democrática estaria ligada a superação da crise econômica. Apesar disso, acredita que a democracia deve se manter, mas também os descontentamentos (PRZEWORSKI, 2020).

Para a crítica diversa à da institucionalidade, uma das causas da crise na democracia contemporânea são os problemas que aparecem no sistema representativo de democracia que se utiliza, assim, Santos (2002) considera que se deve pensar na democracia participativa como uma forma de solução apta para resolver os problemas da democracia representativa, já que a democracia representativa não seria efetiva em garantir a representatividade de todos, assim, gera um governo elitista que se concentra na mão de poucos. Logo, o simples fato de todos poderem votar não garante que todos sejam representados, diante disso, para acabar com a crise da representatividade seria necessário garantir uma maior participação da população na política.

Ranciére (2014) também considera que a democracia não se torna efetiva com o fato de que todos podem votar, o exercício da democracia não seria só votar, o voto não garante a representatividade de todos, mas acaba garantindo o que o governo se concentre nas mãos de poucos, assim, não garante igualdade de participação, logo, se faz necessário condições desiguais para que todos participem e a democracia deixe de ser apenas uma forma de legitimar uma oligarquia.

Além disso, o crescente individualismo que veio com a ascensão do capitalismo produziu uma indistinção da vida privada com a vida pública, mas como já analisado quando isso ocorre só ideias individuais são defendidas pelos governantes, o que obstruí a ideia de democracia, que seria o governo em prol de todos, levando, então, ao autoritarismo (Ranciére, 2014). Assim, existe a necessidade de separar o público do privado.

É isso que implica o processo democrático: a ação de sujeitos que, trabalhando no intervalo das identidades, reconfiguram as distribuições do privado e do público, do universal e do particular. A democracia não pode jamais se identificar com a simples dominação do universal sobre o particular. Pois, segundo a lógica da política, o universal é continuamente privatizado, continuamente reduzido a uma divisão do poder entre nascimento, riqueza e “competência” que atua tanto no Estado quanto na sociedade. Essa privatização se efetua comumente em nome da pureza da vida pública, que é oposta às particularidades da vida privada ou do mundo social. Mas essa pretensa pureza do político é apenas a de uma distribuição dos termos, de um dado estado das relações entre as formas sociais do poder da riqueza e as formas de privatização estatal do poder de todos. O argumento confirma apenas o que pressupõe: a separação entre os que são ou não “destinados” a se ocupar com a vida pública e com a distribuição do público e do privado. Portanto, o processo democrático deve constantemente trazer de volta ao jogo o universal em uma forma polêmica. (RANCIÈRE, P. 80-81, 2014)

Diante disso, ressalta-se também o papel das mídias sociais nessa crise da democracia, as informações dispostas nas mídias estabelecem atualmente o domínio sobre a sociedade, diante do espalhamento de notícias falsas, a personalização do que se é noticiado a cada um, só mostrando o que está de acordo com a opinião de cada um, o que leva ao esvaziamento do espaço público necessário para a democracia e ao aumento da polarização, a qual também corrobora com a crise democrática (BYUNG-CHUL, 2022). Com isso, as mídias sociais colaboram com a manutenção da crise democrática e com o surgimento e a prevalência de ideias autoritárias.

No entanto, o problema técnico das mídias sociais não são o único problema, as mídias só conseguiram gerar todos esses problemas, segundo Byung-Chul (2022), por haver juntamente a perda de espaço do pensamento discursivo, do debate através da verdade e da escuta do outro, não há mais o interesse em ouvir outras opiniões, o que se agrava com o problema das mídias sociais e o domínio exercido por ela atualmente, levando a essa crise democrática (BYUNG-CHUL, 2022). Por isso, a crise não será superada se o pensamento discursivo não se insurgir e o espaço público for devidamente separado do espaço privado, de forma a permitir a existência de um governo democrático.

Portanto, a preservação da democracia vai depender em parte superação da crise de representatividade, a qual pode ser gerada pelo governo acabar se concentrando sempre na mão de uma elite, ao invés de seguir o viés democrático de que todos poderiam participar e o governo seria de todos.

Além de depender também do contrabalanço entre a democracia e o capitalismo dar certo, pois por mais que o capitalismo estimule o individualismo e estabeleça desigualdades, no momento de exercer o governo deve-se separar a vida privada da vida pública. Além de ser necessário também que o pensamento discursivo se reestabeleça, possibilitando assim a democracia. Entretanto, como a economia interfere diretamente na satisfação política, caso a economia melhore tem grandes chances de o sistema democrático ser preservado.

Ainda, a preservação da democracia depende também da preservação das regras informais desse sistema, as quais podem preservar a democracia mesmo diante da insurgência de líderes autoritários eleitos democraticamente. Contudo, o aumento da polarização e da intolerância com a oposição política dificulta a preservação das regras informais e da própria democracia.

Diante de todos esses fatores analisados, dos problemas de representatividade e do funcionamento da democracia, do capitalismo que se contrapõe à democracia, da influência e do domínio das mídias sociais, da perda de valor do pensamento discursivo, do esvaziamento do espaço público, dos problemas econômicos enfrentados que aumentam a insatisfação política, da polarização e da intolerância com a vitória da oposição política e da legitimação de ideias autoritárias e do surgimento de líderes autoritários, diante de tudo isso, torna-se claro a instauração e a manutenção de uma crise democrática, a qual não tem previsão de superação e que os resultados da preservação ou não do regime democrático ainda são imprecisos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se concluir com esse trabalho que existe uma crise no sistema democrático atual, já que em todo mundo ela perde força e alguns países já deixaram de adotá-la, há o surgimento de novos partidos, o declínio na participação eleitoral, a perda de confiança nos governantes e a alta discordância em ideias políticas. Por essa razão, torna-se evidente a existência de uma crise na democracia atualmente, mas o que tem derrubada as democracias não é algo que vem de fora delas, líderes autoritários são eleitos conforme as regras democráticas,

entretanto, a eleição de um líder democrático por si só não derruba uma democracia, tudo depende da força das instituições democráticas do país.

Dessa forma, ao longo do presente trabalho, pode-se perceber que o que causa a crise democrática está atrelado aos problemas apresentados pelo próprio sistema da democracia representativa, a qual é considerada por alguns, como para Ranciére (2014) que ela mascara uma oligarquia, pois o governo se concentra em uma elite, a qual é considerada mais apta para governar. Diante disso, por mais que se diga que todos podem participar, efetivamente não é dessa maneira e o voto por si só não garante que o governo seja uma democracia.

Ainda, o capitalismo se contrapõe ao governo democrático, já que um estabelece desigualdades e o outro pressupõe uma igualdade, além de o capitalismo fazer crescer o individualismo, o que leva a uma mistura da vida privada com a vida pública, diante disso, cada pessoa passa a defender apenas o que se beneficia e a discutir apenas o que lhe interessa, o governo deixa de ser um governo de todos, passa a ser um governo autoritário. Além disso, a crise econômica que assola o mundo estaria diretamente ligada a crise da democracia, já que uma crise econômica gera insatisfação política.

Ademais, a polarização extrema, que faz com que enxergue a vitória da oposição política como totalmente inaceitável, acaba por fortalecer ideias autoritárias e destruir também as regras informais que servem para garantir a democracia, como a mútua tolerância entre os partidos e a reserva institucional que permite que haja governabilidade. Além de essa polarização extrema e da intolerância com posicionamentos diferentes fazer com que algo que antes era visto como intolerável, agora torna-se aceitável, assim, há a legitimação e o fortalecimento de ideias autoritárias, o que permite que líderes autoritários sejam eleitos democraticamente e, por mais que, nem sempre isso acaba de vez com a democracia no país, já que as regras informais da democracia, por exemplo, podem conseguir frear esse governo autoritário, isso ainda sim acaba por corroer e desgastar o sistema democrático.

Vale ressaltar também que, as mídias sociais exercem papel importante nessa crise democrática, já que agora funcionam como uma efetiva forma de domínio de poder, por proliferar notícias personalizadas, assim, cada um só vê o que está de acordo com a sua opinião, 'tribaliza' as pessoas, colabora para que veja as opiniões diferentes do outro como intoleráveis e colabora com a polarização, além de proliferar notícias falsas e esvaziar o espaço público que é necessário para a existência de uma democracia. Contudo, o problema não estaria só nas mídias sociais, mas na perda de espaço do pensamento discursivo, do debate através da verdade, não existe mais interesse em ouvir as opiniões do outro, o que coaduna também nessa crise democrática.

Com isso, a não ser que essas causas venham a ser solucionadas, a crise democrática tende a continuar, a preservação da democracia dependerá de que a participação de todos se efetive e os problemas da representatividade sejam solucionados, que as instituições democráticas e as regras informais da democracia tenham força o suficiente para conter líderes autoritários ou que se impeça que líderes autoritários se elejam. Além disso, a democracia só será preservada se a separação entre a vida pública e a privada se efetive e o pensamento discursivo, o debate e a tolerância com o outro voltem a existir.

Diante disso, percebe-se que o trabalho conseguiu atingir seus objetivos de analisar se realmente existe uma crise no sistema democrático contemporâneo, explicar quais seriam as principais causas dessa crise e

compreender as possibilidades dessa crise continuar. Além disso, a hipótese de que as democracias ao redor do mundo estavam perdendo força e algumas já até se transformaram em governos autoritários e de que, então, existiria uma crise dentro desse sistema de governo se confirmou, também se confirmou que essa crise foi gerada pela força que ideias autoritárias ganharam, pela intolerância com o outro e que a crise econômica ajudou essa crise democrática a ocorrer, ainda, foi possível se compreender mais motivos e como realmente chegou-se nessa crise no sistema democrático.

REFERENCIAS

CASTILHO, C. **Infocracia e democracia**. 1193. ed. 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/politica/infocracia-e-democracia/>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CORTE, T. D; CORTE, T. D. **A democracia no século XXI: crise, conceito e qualidade**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 10, nº 2, maio-agosto, 2018, p. 178-201. Disponível em: <<https://www.historia.ufr.br/revistapassagens/artigos/v10n2a22018.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

HAN, B. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Tradução de Gabriel S. Philipson. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

PRZEWORSKI, A. **Crises da Democracia**. Tradução Berilo Vargas – 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RANCIÈRE, J. **O Ódio à Democracia**. Tradução Mariana Echalar. – 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Organizador. - Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

VITULLO, G. E. **As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 12, Novembro, 2006, p. 348-377. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/Pvwf8yPQbrXzg7Szh4s9S5S/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 dez. 2022.